

# Sumário

---

Tábua de abreviaturas.....	XIII
I. Obrigação. Crédito. Dívida tributária	
1.1. Obrigação tributária	
1.2. Dívida Ativa. Inscrição. CDA	
1.3. Lançamento. Inscrição	
II. Processo administrativo tributário	
2.1. Noções fundamentais	
2.2. Código de Defesa do Contribuinte	
2.3. Auto de infração. Notificação do lançamento	
2.3.1. Tributos declarados	
2.4. Impugnação e recursos administrativos	
2.5. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário	
2.6. Conselhos e Tribunais Administrativos	
III. Poder Judiciário	
3.1. Garantia do devido processo legal	
3.2. O direito de defesa e o contraditório	
3.3. Poder Judiciário	
3.4. Juízos e tribunais estaduais e federais	
3.5. Tribunais Superiores – TST, TSE, STJ e STF	
3.6. Conselho Nacional de Justiça – CNJ	
IV. Execução fiscal	
4.1. Princípios da execução: Responsabilidade. Garantia. Utilidade	
4.2. Menor gravame da execução	
4.3. Dívida tributária e dívida não tributária	
4.4. Título executivo – CDA	
4.5. Competência: juízo estadual, federal. Juízo universal	
4.5.1. Competência judicial para processar a execução fiscal	
4.5.2. Execuções fiscais contra instituições estrangeiras	
4.6. Execução por carta	
4.7. Citações e intimações	
4.8. Despacho judicial	
4.9. Garantia antes da execução	
4.10. Garantia da execução: Depósito. Fiança. Penhora	
4.11. Nomeação e indicação de bens à penhora	
4.11.1. Conflito entre indicação e nomeação de bens à penhora	
4.12. Indicar seus bens à penhora: obrigação do devedor	
4.13. Falta de indicação de bens. Consequências	
4.13.1. Indisponibilidade universal de bens	
4.13.2. Indicação e não localização de bens	
4.14. Ordem na nomeação de bens	
4.14.1. Penhora de dinheiro físico e <i>on-line</i>	
4.15. Penhora de empresas “em recuperação judicial”	
4.16. Penhora de estabelecimento	
4.17. Penhora de faturamento	

- 4.17.1. Renda líquida ou faturamento. Critérios legais de apuração
- 4.17.2. Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica
- 4.17.3. Programas especiais de parcelamento. Moratória fiscal para a pessoa jurídica
- 4.17.4. A unicidade da receita ou faturamento. Estabelecimentos múltiplos e receita única
- 4.17.5. Destinação dos valores penhorados do faturamento
- 4.17.6. Oferta à penhora do faturamento ou receita líquida. Momento. Fases processuais
- 4.18. Multiplicidade de execuções. Diversos credores. Preferências dos créditos fazendários
- 4.19. O concurso de preferências
- 4.20. Segurança do juízo. Fiança bancária. Seguro garantia
- 4.21. Penhora na falência
- 4.22. Penhoras parciais, incompletas ou inválidas
- V. Impenhorabilidade
  - 5.1. Exceções à impenhorabilidade do bem de família. Questão de ordem pública
  - 5.2. Pequena propriedade rural
  - 5.3. Bens móveis e equipamentos domésticos
  - 5.4. Bens móveis em duplicidade – o videocassete
  - 5.5. Outras impenhorabilidades
    - 5.5.1. Direitos autorais – Lei nº 9.610/98
    - 5.5.2. Terras públicas – Direito de ocupação – Lei 6.383/1976
    - 5.5.3. Depósitos de instituições financeiras – Lei 9.069/95
- VI. Avaliação. Impugnação. Reavaliação dos bens
  - 6.1. O avaliador oficial e as avaliações públicas
- VII. Administração dos bens penhorados
  - 7.1. A remoção dos bens penhorados
- VIII. Substituição da garantia
  - 8.1. Devedor. Credor. Terceiro. Depositário
  - 8.2. Depositário. Encargo. Exoneração. Prisão
- IX. Emenda e substituição da CDA
  - 9.1. Desistência. Momento. Culpa
  - 9.2. Novos embargos após substituição da CDA
  - 9.3. Honorários advocatícios
- X. Exceção de pré-executividade
  - 10.1. Cabimento da exceção de pré-executividade. Momento processual
  - 10.2. A relatividade do veto à dilação probatória na exceção
  - 10.3. Recursos cabíveis
  - 10.4. Preclusão. Riscos
  - 10.5. Exceção e embargos
- XI. Prescrição e decadência – Matéria tributária
  - 11.1. Decadência e espécies de lançamentos
  - 11.2. Prescrição e perda do direito de cobrar
  - 11.3. Despacho de citação e a interrupção da prescrição
  - 11.4. Prescrição do direito de ação
    - 11.4.1. Prescrição: suspensão e interrupção – Diferença
  - 11.5. Execução “nova” e execução “velha”
  - 11.6. Reconhecimento de ofício da prescrição

- 11.7. Prescrição intercorrente – Perempção
- 11.8. Perempção
- 11.9. Prescrição e execução de pequeno valor
- 11.10. Prescrição e responsabilidade tributária. Sócios, diretores e gerentes da pessoa jurídica
- 11.11. Dívida ativa não tributária
- 11.12. A multa penal
- 11.13. Prescrição da execução. Multas impostas por decisões dos Tribunais de Conta
- 11.14. Prescrição da ação de cobrança das multas processuais
- XII. Responsabilidade tributária
  - 12.1. Autonomia e separação patrimonial
  - 12.2. Sócios, diretores e gerentes das sociedades
  - 12.3. Dívidas da sociedade. Responsabilidade dos dirigentes
  - 12.4. Desconsideração da personalidade jurídica
- XIII. Expropriação de bens
  - 13.1. Leilão. Arrematação. Adjudicação
    - 13.1.1. Leilão eletrônico e a segurança da expropriação
  - 13.2. Embargos e ação anulatória da arrematação/adjudicação
  - 13.3. Remição de bens. Remissão da dívida
  - 13.4. Adjudicação com efeito de remição *pietatis causa*. Execução contra as pessoas jurídicas
  - 13.5. Penhora e licitação de quotas sociais e ações
  - 13.6. Arrematações parciais
  - 13.7. Bens indivisíveis em copropriedade
  - 13.8. Daqueles que são proibidos de arrematar
  - 13.9. Diversas penhoras sobre o mesmo bem
  - 13.10. Entrega dos bens rematados adjudicados ou remidos
  - 13.11. O depositário e a entrega dos bens
- XIV. Fraude à execução. Fraude a credores
  - 14.1. Fraude à execução
  - 14.2. Fraude a credores
  - 14.3. Fraudes com bens de família
- XV. Embargos do devedor na execução fiscal
  - 15.1. Prazo – requisitos e objeto
  - 15.2. Embargos de devedor e ação anulatória do débito fiscal
  - 15.3. O efeito dos embargos do devedor
  - 15.4. Penhora parcial, incompleta e ilegítima
  - 15.5. O efeito suspensivo dos embargos do devedor
  - 15.6. Conexão. Reconvênção. Continência. Compensação como efeito da penhora de precatórios
- XVI. Embargos de terceiro
- XVII. Medida cautelar fiscal
- XVIII. Recursos cabíveis. Embargos infringentes
- XIX. Entrega da prestação jurisdicional
  - 19.1. Pagamento a credores. Entrega do dinheiro
  - 19.2. Soerguimento dos valores. Momento. Cautela e prudência
- XX. Despesas do processo e despesas com os participantes
- XXI. Epílogo

## Bibliografia